

Poder local e central em choque por causa do petróleo

Algarve
Idálio Revez

O Governo, diz a Amal, tenta “cativar” os autarcas, sem sucesso, para fecharem os olhos à pesquisa de hidrocarbonetos

A Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) lançou ontem um apelo ao Governo para que seja criada uma Lei de Bases para o incremento das energias renováveis, mandado abaixo os contratos assinados com as petrolíferas. A proposta foi feita no decorrer de um debate, ocorrido na “Universidade de Verão” promovida pela Associação de Desenvolvimento Local In Loco. Neste encontro, os autarcas da região, em uníssono, voltaram a rejeitar a exploração de hidrocarbonetos, mas os deputados eleitos pelo distrito de Faro, à excepção do BE, deram o processo como irreversível, exigindo apenas que sejam feitos estudos de impacto ambiental.

Através de uma “iniciativa cidadã”, a In Loco promoveu a debate para que seja alterado o Decreto-Lei n.º 109/94, o diploma que regula o acesso à prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo. Mas uma das activistas da PALP, Elvira Martins, rejeitou a proposta: “Toda a discussão é útil, mas o que se pretende não é a alteração do diploma, é a revogação de uma lei que não serve o interesse público”. Decorrido ano e meio de manifestações contra a exploração de hidrocarbonetos, diz sentir “alguma mágoa por se estar aqui a discutir a alteração de uma lei que só serve interesses privados”. Em alternativa, sugeriu uma proposta legislativa para o efectivo incremento da energia solar e eólica para que, progressivamente, fosse abandonada a energia fóssil.

Antes, já o presidente da Câmara de Aljezur, José Amarelinho, classificara o diploma como uma “lei absurda, que não faz qualquer sentido”. Por seu lado, o deputado João Vasconcelos, do BE, opinou: “O Decreto-Lei 109/94 não tem ponta por onde se lhe pegue, tem de ser revogado.”

Laurinda Seabra, da Associação de Surf e Actividades Marítimas do Algarve, acrescentou que está em marcha uma campanha para a recolha de assinaturas – já com quase 80 mil subscritores – para que esta questão seja levada à discussão no Parlamento Europeu. “Queremos chegar

às 100 mil assinaturas”, adiantou.

Na troca de opiniões entre os deputados e a assistência, Paulo Sá, do PCP, preferiu defender a necessidade de serem efectuados estudos de impacto ambiental em todas as fases do processo, envolvendo nas decisões a população, depois de um “amplo” debate sobre todos os aspectos relacionados com esta indústria. “Não temos qualquer objecção à pesquisa para que o país conheça os seus recursos energéticos”, sublinhou. Quanto às denúncias das associações empresariais, que apontam para um cenário “ruinoso” para o turismo no caso de haver exploração petrolífera, disse: “São afirmações que carecem de estudos científicos.”

Por sua vez, Fernando Anastácio, socialista, admitiu ter “alguma dificuldade [dentro do grupo parlamentar] em explicar a posição do Algarve estar contra a exploração de petróleo. ‘Então, vocês não querem conhecer os vossos recursos’, perguntam”. A resposta, vista de outro ângulo, foi dada pelo deputado social-democrata, Cristóvão Norte: “O parecer, pedido pelo Governo à Procuradoria-Geral da República, permite separar as fases da pesquisa e prospecção da exploração”. Nesse sentido, manifestou-se tranquilo quando à exploração desde que fossem acautelados ou minimizados os impactos ambien-



Activistas defendem o incremento das energias renováveis para abandonar a energia fóssil

tais. Mas a deputada centrista Teresa Caeiro contrapôs: “Não vamos ser ingénuos: quem investe na pesquisa tem a perspectiva de um dia vir a fazer a exploração”.

Por seu turno, o presidente da Câmara de Loulé, Vítor Aleixo, PS, lembrou que os estudos de impacto ambiental podem esconder a realidade das coisas. Por isso, o autarca apelou à mobilização da opinião para manter a “pressão sobre o Governo” na luta contra as petrolíferas: “Estamos numa posição de desigualdade”, enfatizou. A tese foi subscrita pelo presidente da Câmara de Tavira, Jorge Botelho, também presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve – Amal, que acrescentou: “O Governo tem-nos procurado cativar para a exploração do petróleo, mas manifestamente não consegue – interpusemos duas providências cautelares”.